



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 071

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE SETEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 071ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE SETEMBRO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelos senhores deputados Delegado Braddock e Nelson Tureck.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (52). Achando-se ausentes a senhora deputada Elza Correia e o senhor deputado Francisco Bühner (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 026

Curitiba, 26 de agosto de 2003.

Senhor Presidente:

Em conformidade com o disposto no artigo 66, inciso I, da Constituição Estadual, tenho a honra de enca-

minhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir a “parcela complementar de remuneração ao funcionário público civil efetivo, ativo e ao inativo e gerador de pensão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominada Piso Social Complementar”.

O Piso Social Complementar que se pretende instituir será devido ao funcionário ativo ou ao inativo ou gerador de pensão que receba, a título de remuneração, valor inferior a R\$400,00 (quatrocentos reais).

O plano de lei ora proposto é indiscutivelmente necessário e oportuno, eis que beneficiará os servidores públicos de remuneração de pequena monta, significando assim, maior expressão e justiça na concessão do benefício.

O anteprojeto de lei contém as definições e conceitos que se fazem necessários a fim de que a medida tenha condições de plena exequibilidade e imediata implantação em folha de pagamento, logo após transformada em lei.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituída parcela complementar de remuneração ao funcionário público civil efetivo, ativo e ao inativo e gerador de pensão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná, denominada Piso Social Complementar.

Art. 2º - O Piso Social Complementar será devido ao funcionário ativo ou ao inativo ou gerador de pensão que receba, a título de remuneração, valor inferior a R\$400,00 (quatrocentos reais).

§ 1º - A vantagem prevista nesta lei, para o funcionário ativo, será devida apenas àquele que seja ocupante de cargo com jornada diária de 8 (oito) horas ou 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º - Não fará jus à vantagem instituída por esta lei o funcionário, com qualquer carga horária, afastado nos casos previstos nos artigos 128, incisos V, VII, VIII, IX, XVI, XVIII e XIX; 208, incisos VI, VII, VIII, IX e X; e 238, 240, 245, parágrafo 1º; 249, incisos IV, VI, VII, XII, XIII e XIV; 293, inciso III, IV e V, todos da Lei Estadual nº 6174, de 16 de novembro de 1970, bem como quando estiver afastado do exercício do cargo por motivo de suspensão decorrente de sindicância ou instauração de processo disciplinar, ou estiver recluso.

Art. 3º - Considera-se remuneração, para fins da presente lei, o somatório de:

I - vencimento ou vencimento-base;
II - adicional por tempo de serviço;
III - gratificação de assiduidade, instituída pela Lei Estadual nº 13.515, de 26 de março de 2002;

IV - abono provisório concedido pelo Decreto Estadual nº 1705, de 13 de agosto de 2003; e

V - quaisquer outras vantagens decorrentes do exercício do cargo ou função, inclusive as relativas ao local e condições de trabalho, previstas em lei ou regulamento.

§ 1º - Não se considera remuneração, para fins de cálculo da diferença devida, os valores pagos a título de atrasados.

§ 2º - O valor do Piso Social Complementar não servirá de base para cálculos de demais vantagens vinculadas ao vencimento ou vencimento base, exceto férias, além de não integrar a base de cálculo para a concessão de vale-transporte e auxílio alimentação.

Art. 4º - O valor do Piso Social Complementar não será computado para fins de contribuição previdenciária e não será incorporável quando da passagem do funcionário para a inatividade.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 028/2003

Curitiba, 28 de agosto de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar 1400 (um mil e quatrocentos) cargos de agente penitenciário - ANAP, Classe III, na parte permanente do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, a que se refere o Anexo I, da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

O plano de lei em referência consulta aos superiores interesses da Administração e da coletividade, eis que ensejará condições no sentido de que as Unidades do Sistema Penitenciário sejam supridas de material humano, através de concurso público para ingresso nos cargos cuja criação é proposta.

O adiante transcrito Ofício nº 550/2003, firmado pelo secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, demonstra outros motivos pelos quais a criação de tais cargos é oportuna e necessária:

“Cumprimentando-o cordialmente, encaminho o expediente protocolizado sob nº 5.566.288-6, devidamente analisado pelas Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda, solicitando as determinações de V. Exa. no sentido de que seja encaminhada à Assembléia Legislativa a competente mensagem de criação de 1400 cargos de agente penitenciário - ANAP, Classe III, do Quadro Próprio do Poder Executivo

- QPPE, visando sua reposição através de concurso público.

Justificamos o pleito ora formulado, tendo em vista a ampliação do número de Unidades do Sistema Penitenciário das quais 06 (seis) estão sendo operacionalizadas por empresas privadas, na forma de terceirização e 02 (duas) ainda não entraram em operação.

Para que o Estado promova a gestão dessas unidades, por administração direta, necessário se faz a criação dos cargos solicitados e a realização de concurso público para provê-los.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam criados 1400 (um mil e quatrocentos) cargos de agente penitenciário - ANAP, Classe III, na parte permanente do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, a que se refere o Anexo I da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 029/2003

Curitiba, 02 de setembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para apreciação por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, os cargos de provimento em comissão que especifica, para serem utilizados no sentido de suprir necessidades das novas unidades do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná.

O plano de lei em referência é indiscutivelmente oportuno e necessário, eis que ensejará, com os cargos de direção e chefia a serem criados, condições a fim de que as unidades do Sistema Penitenciário, recentemente construídas e em fase de instalação, possam apresentar funcionamento pleno e, assim, atingirem as finalidades que lhes são precípuas.

O número de cargos, conforme prevê o anteprojeto de lei anexo, é o estritamente necessário e o custo mensal de R\$32.781,99 (trinta e dois mil, setecentos e oitenta e um reais e noventa e nove centavos) será suportado por dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam criados, na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - Seju, os seguintes cargos de provimento em comissão:

07 (sete) cargos de diretor de Unidade Penal, símbolo DAS-5;

07 (sete) cargos de vice-diretor de Unidade Penal, símbolo 1-C;

01 (um) cargo de diretor de produção, símbolo 1-C;

05 (cinco) cargos de chefe de Segurança, símbolo 2-C.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofício:

OF/CTL/CC Nº 129/2003

Curitiba, 10 de setembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de vir à presença de V. Exa., para comunicar a essa augusta Assembléia Legislativa que afastar-me-ei do País, no período de 14 a 23 do corrente mês, com destino a Espanha e Portugal, a fim de formalizar os necessários procedimentos pertinentes, no sentido de ser dado atendimento aos Termos de Carta de Intenções firmada pelo Estado do Paraná com a Comunidade Autônoma da Galícia (Espanha), que objetiva estimular relações econômicas, promover cooperação e intercâmbio científico e cultural entre as partes signatárias. Para tanto, será realizada Missão Paranaense à Espanha e Portugal, na qual destacam-se, além de outros contatos de interesse do Estado do Paraná, o conhecimento de Políticas de Turismo Religioso e Rural e de Pesca da Galícia, visitação aos portos graneleiros de Vigo e Marin, participação da inauguração da World Fishing Exhibition e visitação a empreendimentos de maricultura.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Comunico que, conforme requerimento aprovado por proposição do deputado José Maria Ferreira e da senhora deputada Elza Correia, os Horários do Pequeno e Grande Expediente, serão destinados à homenagem aos

trinta e um anos de criação do Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar.

Pedimos desculpas aos convidados pelo baixo número de deputados. Nós temos uma comissão de parlamentares em Brasília, acompanhando os prefeitos municipais. Obviamente com o carinho que temos com o Iapar, o apreço e o respeito com a instituição, deveríamos ter aqui uma presença maior de parlamentares para essa homenagem.

Tenho a honra de passar a palavra ao Exmo. senhor deputado José Maria Ferreira, autor, juntamente com a deputada Elza Correia, da presente homenagem para, em nome do Poder Legislativo do Paraná, saudar o Iapar pelos seus 31 anos de criação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados, corpo diretivo do Iapar, visitantes desta tarde, da Assembléia Legislativa.

Quero falar em meu nome, em nome da deputada Elza Correia, neste momento impossibilitada que está em função do seu problema de saúde aqui não pôde se fazer presente, mas gostaria, pelo respeito, pela dedicação que tem com relação a esta instituição.

Por que fizemos essa solicitação à Mesa e ela foi aprovada no sentido que viéssemos a ter uma Sessão dedicada, no Pequeno e Grande Expediente, ao Iapar?

Porque esta instituição, que comemorou no dia 29 de julho 31 anos de existência, propiciou ao Paraná o desenvolvimento da nossa agricultura, aprofundou nossos índices de eficiência e criou novas alternativas para o campo do nosso Estado. Uma instituição que, por volta dos anos 70, teve como idealizador uma figura extremamente dedicada e ligada ao Norte do Paraná, que foi João Ribeiro Juliatto, ex-presidente do Instituto Brasileiro do Café, que percebendo que a monocultura da nossa região não sobreviveria por muito tempo, buscou criar um instituto que viesse dar suporte à pesquisa e pudesse criar alternativas à nossa região e aos nossos agricultores.

João Ribeiro foi daqueles visionários que buscou colocar numa região distante do centro da pesquisa, do centro onde borbulha o poder e foi colocar lá em Londrina o Instituto Agrônomo do Paraná. Este instituto que aqui nesse momento é representado pelo seu presidente, Onaur, pelo diretor técnico, Antônio Costa, pelo diretor de Recursos Humanos, Alfredo Otávio de Carvalho e pelo diretor de Administração e Finanças, Ézio de Pádua Fonseca, teve como seu primeiro representante o Dr. Raul Juliato e sua esposa, que acompanha esta Sessão, Sara Antônia Sperandio Juliatto, e seu filho, que também é um pesquisador do Iapar, Horácio Sperandio Juliatto.

A História do Iapar confunde muito de perto e muito próximo com a ocupação e o desenvolvimento do interior, especialmente a região Norte do Paraná. Mas, o sonho de João Ribeiro Juliatto não seria completo, do primeiro diretor científico, Dr. Milton, aquele que criou ou

que embalou o primeiro sonho de pesquisa efetivo, que foi a variedade *Mita Core*, tão conhecida, e que por longos anos permitiu ao Estado do Paraná, não só a conquista, mas a justificativa de que no Norte do Paraná podia-se plantar e colher trigo. *Mita Core*, na linguagem indígena representa o filho esperado. Já era prenúncio de que esses homens que sonharam e depois tiveram outros, como o primeiro diretor científico, Floriano Dalberto, que recentemente também era diretor do Iapar. Eles já procuravam e sonhavam que nós precisávamos fazer com que o desenvolvimento da agricultura fosse aportado por uma pesquisa forte, determinada, a permitir que a agricultura deixasse de ser apenas uma atividade de campo, para ser uma atividade empresarial.

Não é à toa que o Paraná produz e é responsável por 25% da produção de grãos do País. Aqui, está o Iapar, porque nesses 31 anos colocou para os agricultores e ao mercado, 118 variedades, entre estas: o feijão, o rami, o algodão, o arroz, a triticali, a mandioca, o tremoço, o amendoim, a batata, a cevada forrageira, o guandu, o pê-sego, a ameixa, a nactarina, o café, a aveia, enfim são 118 variedades desenvolvidas pelo Iapar que coloca à disposição.

É com este sentimento de gratidão que a Assembleia Legislativa votou um requerimento deste deputado e da deputada Elza Correia, para que hoje o Iapar pudesse ter a oportunidade de, através dos seus institucionais, apresentar um pouco do que foi o seu trabalho, do que foram as suas conquistas, do que foram as suas lutas e também do que foram as suas vitórias nesses últimos 31 anos.

É de pesquisadores como os que tem o Iapar e a Embrapa, e em tantos outros institutos, que faz com que a agricultura do País, especialmente do Paraná, seja uma agricultura competitiva e que cada vez mais ganhe os mercados internacionais. Não é fruto do acaso. É fruto do trabalho, da dedicação persistente desses pesquisadores.

A você rendemos a nossa homenagem, a homenagem da Assembleia Legislativa, a homenagem do povo do Paraná representados por estes 54 deputados que aqui tomam assento.

Senhor presidente, deixaria, na seqüência, a palavra ao presidente do Iapar, Dr. Aneur Ruano, para que ele pudesse encaminhar a parte do Iapar. E a deputada Elza Correia e eu nos sentimos muito honrados junto com o grupo de deputados que compõe esta Casa para acolher, aqui, as conquistas do Iapar.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Esta Presidência gostaria de registrar a presença das seguintes autoridades; Exmo. Sr. 2º tenente Alessandro Galeski, representante da Casa Militar; Exmo. Sr. Paulo Afonso Conte - engenheiro do Centro de apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente, representando aqui a procuradora geral da Justiça do Estado do Paraná a Exma. Sra. Maria Tereza Uilli Gomes; Exmo. Sr. Dr. Sabino Brasil Nunes de Campos -

diretor-presidente da Emater - Paraná e foi nosso colega deputado estadual desta Casa, representando aqui o nosso secretário e vice-governador Orlando Pessuti; Exmo. Sr. Dr. Josué Deininguer Duarte Medeiros, vice-presidente do Tribunal de Alçada, representando o presidente do Tribunal de Alçada, Exmo. Sr. juiz Clayton Camargo; Exma. Sra. Sara Antônia Sperandio Juliatto, viúva do primeiro presidente do Iapar; Exmo. Sr. Wilson Merlo Pós-nik, diretor geral da Secretaria de Estado da Cultura.

Nós passamos a palavra nesse momento, ao presidente do Iapar, para que possa fazer o seu pronunciamento.

O SR. ONAUR RUANO

Senhor presidente, meus cumprimentos, deputados da Mesa, deputados desta Casa.

Minha saudação especial ao nosso deputado José Maria, que muito nos honrou, juntamente com a deputada Elza Correia em encaminhar o requerimento fazendo a propositura desta homenagem.

Meus diretores que aqui nos acompanham - Dr. Antonio Costa, Dr. Alfredo, Dr. Ezio, meus companheiros de trabalho do Iapar, que também nos honram hoje aqui, compartilham conosco, representando todos os funcionários da nossa casa, D. Sara, esposa do nosso primeiro e saudoso presidente, Dr. Raul Juliatto, meu caro Horácio, companheiro de trabalho, filho e continuador internamente da memória do nosso Juliatto, no Instituto.

Minhas senhoras e meus senhores.

Quero fazer também um cumprimento especial ao nosso companheiro, Dr. Sabino, que além de um companheiro de trabalho, como presidente da Emater, nosso companheiro de jornada e de objetivos de governo, representa nesse ato também nosso vice-governador, secretário da Agricultura, Dr. Orlando Pessuti, que como já mencionado anteriormente, por uma agenda oficial em Brasília, esteve impedido de estar aqui, mas nos honra, Dr. Sabino, fazendo essa representação e compartilhando conosco nesse momento.

Quero, em nome de todos os funcionários do Iapar, em nosso nome, em nome da diretoria, dizer da honra que é termos aqui hoje, esta oportunidade de reconhecimento por parte da Assembleia Legislativa, deputado José Maria, que é uma representação da nossa sociedade paranaense das mais legítimas. Esse conjunto de deputados, representando a nossa sociedade, em prestar ao Iapar esta homenagem, nos engrandece e nos honra muito. Temos, nesses 31 anos de jornada, a oportunidade de ter contribuído com a responsabilidade que o Instituto Agrônomo do Paraná tem para com a sociedade paranaense de forma, no nosso entendimento, bastante expressiva.

O deputado José Maria citou aqui alguns números que são, efetivamente, algumas marcas muito importantes. As 118 variedades a que se referia o deputado, representam na verdade um produto de longos e longos anos de trabalho, mas representam também um número aproximadamente de uma variedade a cada 4, 5 meses. Não é

qualquer equipe, qualquer instituição privada, que tem uma eficiência, uma performance com uma instituição pública como o Iapar, nesse quesito.

E o Iapar tem sido, nessa trajetória, um importante gerador de tecnologias e, juntamente com sua estrutura dentro da SEAB, dos seus companheiros, particularmente da Emater, um difusor dessas tecnologias para os nossos agricultores. E tem sido bastante eficiente no processo de gerar e difundir essas tecnologias. São públicos de alvo direto. Os nossos agricultores, os nossos técnicos, aquelas pessoas que estão ligadas ao setor produtivo agropecuário.

No entanto, temos tido na nossa trajetória poucas oportunidades e pouca eficiência em nos comunicar com o cidadão urbano, com a sociedade, enfim, é o que recebe o produto final do nosso trabalho.

Essa oportunidade que temos aqui nesta Casa, propiciada pelo deputado José Maria Ferreira, nos permite, além da comunicação eficiente que fazemos com os técnicos, os agricultores e com o setor produtivo, também poder comunicar com a sociedade e poder apresentar o Iapar à sociedade. E trazer a informação do que é o Iapar para a sociedade.

Gostaria de fazer um pequeno relato de um exemplo que, para mim parece muito didático e muito elucidativo do que significa essa possibilidade de se comunicar com a sociedade urbana, com aquele consumidor final do nosso produto.

Aproximadamente 30% de toda a área de produção de feijão no Estado do Paraná e 30% do volume de feijão produzido no Paraná é produto de variedades que foram desenvolvidas pelo Instituto Agrônomo do Paraná.

Oitocentos e quarenta e duas famílias paranaenses todos os dias têm, à sua mesa, a oportunidade de comer pelo menos uma colher de feijão, feijão que foi resultado do trabalho de pesquisa do Iapar, resultado do retorno do recurso financeiro da sociedade para os programas de governo, e que é de fato resultado de programa de governo. Esses 30% de famílias paranaenses podem representar, em média, quase 4 milhões de pessoas.

Quatro milhões de paranaense que diariamente têm a oportunidade de comer uma colher de feijão, resultado do trabalho de pesquisa do Iapar, feijão esse com mais de 20% de proteína. O feijão que diariamente a mãe diz para o seu filho pequeno: “come, porque tem ferro, faz bem para a cabeça”. O marido quando chega em casa conclama; “que feijão cheiroso, que caldo grosso, que maciez, que sabor adorável”.

Quantas dessas 4 milhões de pessoas comem o feijão produzido pelo próprio governo, pelo Iapar, sabe reconhecer que, na mesa dele aquele alimento que ele está comendo é um produto do Iapar é um produto de uma ação de governo, é um produto de uma organização pública que se chama Iapar?

Provavelmente, nenhuma das 4 milhões de pessoas, tenho dito, inclusive internamente no Instituto, porque mesmo nós, que somos geradores dessa tecnologia,

não reconhecemos isso quando sentamos à mesa e não fazemos essa identidade.

Ou seja, estamos empenhados num trabalho de que o resultado que atinge o dia-a-dia das pessoas, que está na vida das pessoas possa sim ser reconhecido. Temos dito isso num trabalho de esforço da nossa área de difusão de tecnologia às crianças, aos escolares que ali chegam. Na semana passada recebemos uma cartilha de uma menina que, voltando da escola, disse para a mãe dela: “Mamãe, você sabe que todo dia nós comemos Iapar, todo dia vestimos Iapar e respiramos Iapar também?”

Quero dizer com isso, que sentimo-nos honrados com essa homenagem, porque sentimo-nos participantes do dia-a-dia da população do Paraná. E, mais do que isto, temos tido a oportunidade das nossas tecnologias ultrapassando fronteiras do Paraná. E algumas delas, como variedades, como técnicas de plantio direto de conservação de solo, indo para além do Brasil e sendo hoje modelo tecnológico para vários países e várias regiões do mundo.

Portanto, é com esse orgulho de ser hoje o presidente do Iapar, eu, que tenho 25 anos de casa, de carreira, é com esse orgulho e com essa condição de estar plenamente tranquilo, em saber que estamos procurando fazer o máximo e o melhor de nós para que a sociedade paranaense possa ter à altura e com rendimentos, aqueles retornos que devemos dar à sua contribuição cotidiana para a manutenção do nosso Instituto.

Queremos dias melhores; já passamos por dias muito ruins, mas os abnegados da comunidade iapareana, esses servidores que são verdadeiros soldados de trincheiras, sempre souberam manter um Instituto ativo, voltado para o seu cumprimento do seu papel maior, que é atender à sociedade do Paraná.

Finalmente, senhor presidente, deputado José Maria Ferreira quero fazer uma homenagem especial também, à hoje justificada ausente Elza Correia, que foi também proponente, e dizer a todos que temos aqui um grande agradecimento, em nome de todos os servidores, para deixar para os senhores. E, tenham a certeza absoluta, o Iapar continuará cumprindo, cada vez mais, com responsabilidade o seu papel como órgão de governo voltado para produzir bens para a sociedade do Paraná.

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passamos a palavra ao pesquisador, Dr. Moacir Doretto, que falará sobre a publicação, mapeamento da pobreza do Estado do Paraná.

O SR. MOACIR DORETTO

Boa tarde, presidente desta Casta, senhores deputados e todos os companheiros de trabalho que estão aqui presentes.

Sou Moacir Doretto, pesquisador da área de sócio-economia do Iapar há vinte e nove anos.

E hoje, com bastante alegria, estamos aqui para apresentar mais um trabalho que fizemos.

“Mapeamento da Pobreza no Paraná”.

Eu e vários autores, porque trabalhamos numa equipe e com outros pesquisadores de outras áreas que nos dão apoio.

O objetivo desse trabalho foi quantificar o número de pessoas pobres ou abaixo da linha de pobreza, e estamos utilizando o mesmo critério de pobreza do programa “Fome Zero” do Governo Federal, que é um quarto do salário-mínimo. A base de dados que utilizamos são os microdados do censo demográfico de 2000 e os conceitos que estamos utilizando é de renda *per capita* menor que meio salário-mínimo mensal. Nós utilizamos esse conceito de renda disponível, que é a renda monetária disponível no censo demográfico, tiramos o valor da moradia e do aluguel e estimamos um alto consumo que são aqueles produtos que as pessoas produzem no fundo de quintal. Fizemos também uma ponderação desse custo de vida porque sabemos que os municípios como Londrina, Maringá e Cascavel têm um custo de vida diferente da região metropolitana. Então, nós temos aqui área rural, municípios considerados rurais, utilizamos esses dados - são de 2000 - um quarto de salário-mínimo, R\$37,75 (trinta e sete reais e setenta e cinco centavos) mensais. Então, essa é a base que utilizamos para fazer a contagem de pessoas abaixo da linha de pobreza.

O que temos neste mapa é a distribuição espacial das pessoas pobres no Estado, uma descrição por município. Então, quanto mais escuro for aqui, maior é o percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza em relação à população total. O município que tem o maior número de pobres, Dr. Luiz, que chega a quase 44% da população abaixo da linha de pobreza. Temos também, vendo nesse mapa, uma grande concentração de pessoas abaixo da linha de pobreza na região central do Estado, parte do Sudoeste, do Centro, aqui, e também da região da Ribeira. Temos desde aquelas regiões onde a população pobre já saiu, que é a região Norte do Estado que tem o menor percentual, até municípios variando de 25 a 45% de pessoas abaixo da linha de pobreza em relação ao total de habitantes.

É uma situação crítica a que temos no município de Dr. Luís, e que quase metade da população está abaixo da linha de pobreza. Aqui nós fizemos uma frequência acumulada para saber onde se concentrava essa população pobre. Então, nós temos esses municípios em marrom mais escuro. Oito: Curitiba, Pinhais, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz, Guarapuava. Esses oito municípios possuem 25% das pessoas abaixo da linha de pobreza do Estado. É uma pobreza considerada concentrada e no outro estudo que estamos fazendo, essa população se concentra principalmente na área urbana. Temos uma concentração nas grandes cidades dessas pessoas abaixo da linha de pobreza.

Este estudo foi organizado por meio das associações de municípios, onde temos o Estado do Paraná com população de nove milhões e quinhentos mil que tem em torno de 10,8 da população abaixo da linha de pobreza. Então, de cada cem paranaenses, dez estão abaixo da linha de pobreza e temos aqui as associações que estão acima da média do Estado, chegando aqui à associação de Canto Piraguaçu, que chega a ter 24,6% das pessoas abaixo da linha de pobreza, a associação com maior índice de pobres. Aqui peguei a Assomec, que é a associação onde se encontra Curitiba, onde tem Dr. Luiz quase 44% de pessoas abaixo da linha de pobreza e temos o município de Curitiba que tem 83 mil, maior número. Então, temos essa variação tão grande dentro de uma mesma associação de municípios, onde a média do Estado é dez e chega até quarenta e três. Isso mostra a diversidade dos municípios numa mesma associação.

Aqui, para fazer um comparativo com aquele estudo do IDH que foi publicado pelo Iparde que o critério de renda também pesa, esses municípios coloridos, mas escuros, têm o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano baixo, coincidindo com esse mapa que fizemos que é o critério de renda, mas esse mapa é muito enganoso porque Curitiba, por exemplo, se apresenta com um alto índice de condições de vida, mas apresenta o maior índice de pobres do Estado.

Para mostrar os Estados: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e como que o Estado do Paraná se apresenta com vários municípios a maior parte da região central do Estado e em relação aos demais também um baixo índice de desenvolvimento humano que é um desafio para todos nós. Este aqui é um estudo que vamos publicar agora. Até o final deste mês sai a publicação, que é a participação das pessoas pobres nos domicílios rural e urbano. Temos aqui a média do Paraná, 65% das pessoas pobres estão nos centros urbanos e depois aqui variando, a Musep, que é uma associação que tem 90% das pessoas pobres na área urbana e depois vai decrescendo até chegar à Ansepar, que tem em torno de quase 40% das pessoas na área urbana. Isso mostra a grande diversidade e a localização espacial das pessoas pobres no Estado.

Esse estudo deve ficar pronto até o final deste mês, e vocês terão acesso, assim que ele for publicado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ouviremos neste momento o pesquisador do Iapar, Dr. Paulo Henrique Caramori, que falará sobre o Zoneamento Agrícola do Estado do Paraná.

O SR. PAULO HENRIQUE CARAMORI

Boa-tarde a todos.

É uma honra, como pesquisador do Iapar, estar aqui representando a equipe que realizou esse trabalho “Zoneamento Agrícola do Estado do Paraná”.

O objetivo deste trabalho com base na análise do clima do Estado do Paraná e de todo o trabalho de pesquisa que foi feito ao longo desses 31 anos, por toda a nossa equipe. Realizar um estudo para estabelecer dentro do Estado do Paraná as regiões que têm condições de clima apto, adequado para o cultivo das diferentes culturas, escolhendo-se dentro do Estado, a região mais indicada para cada cultura. E também no caso dessas culturas anuais, como milho, soja, feijão e outras, identificar os períodos de plantio ou semeadura aonde o agricultor tem o menor risco possível de perda, ou seja, com o objetivo de proteger o produtor e garantir-lhe que tenha maior sucesso possível no seu empreendimento.

Para realizar esse trabalho, foi feito, durante anos a fio, um trabalho silencioso que muitas vezes não é acompanhado, não é compreendido e nem valorizado, que é o trabalho rotineiro de se coletar o dado meteorológico todos os dias na estação meteorológica que está distribuída em todo o Estado do Paraná.

O Iapar mantém uma rede de 32 postos distribuídos em diferentes municípios onde diariamente se coleta esses dados. Esses dados são remetidos para a nossa central em Londrina, é feito todo um tratamento de prepará-los. Todas as instituições também como a Suderhsa, a Aneel coletam essas informações e somente depois de 20, 30 anos que esses estão armazenados é que é possível realizar este trabalho que vou em seguida mostrar-lhes.

Queria apenas destacar que a temperatura e a chuva, uma precipitação como estamos tendo hoje aí no caso, essa chuvinha, são os grandes fatores ou elementos responsáveis pela produtividade das plantas. Se não tiver temperatura adequada, se não tiver chuva na quantidade suficiente, nós não temos produção na agricultura.

Todo esse trabalho se resume em analisar as condições de chuva e de temperatura de acordo com as necessidades de cada uma dessas plantas, para se determinar aonde realmente elas podem ser cultivadas, com excelência, dentro do Estado do Paraná.

Só para ter uma idéia, pegando o fator temperatura, as plantas de uma maneira geral respondem em temperaturas entre 10 e 30 graus; elas apresentam condições de crescimento e sempre dentro desse limite têm uma faixa ideal, que se posiciona entre 15 e 25 graus.

Quando a temperatura cai abaixo de 10 graus, as plantas entram em repouso, cessam o crescimento. Abaixo de zero nós temos as geadas que sempre nos trazem problemas, e por outro lado, as altas temperaturas inibem o processo de produção e causam prejuízo. Então, todo o nosso trabalho é buscar ajustar as condições que existem no Paraná às necessidades de cada uma das espécies, para que a gente possa otimizar essa condição de temperatura.

Da mesma forma, a água, a precipitação que vem da chuva, é muito importante no desenvolvimento da planta, porque através da água, a comida, os nutrientes vão, através da raiz, para a planta, e é muito importante que haja água na fase inicial, quando a sementinha é

colocada no chão; é extremamente importante que haja umidade no solo para que essa plantinha consiga se estabelecer, enraizar e depois, quando ele está formando o grão, porque através da água é que o grão se forma e vai fornecer condições para que haja a formação do grão de feijão, de trigo, café, etc.

Então, em função disso é que as estatísticas mostram que a ocorrência de seca é o maior causador de frustração de safra em todo o mundo, causador das grandes polêmicas relacionadas com a fome em diversos países. E o Estado do Paraná apresenta uma característica muito interessante, porque estamos em uma condição de transição aqui, de 22,5 a 27 graus de latitude, e é justamente aqui, em torno de 23,5 que passa o Trópico de Capricórnio, que é o limite da transição climática, onde passamos de um clima mais tropical para um clima subtropical, e vindo em direção a climas mais temperados no Sul, ou seja, climas onde você tem uma ocorrência de geadas mais certas, um período de repouso com baixas temperaturas no inverno e maior quantidade de chuvas.

Outra característica importante do Paraná é que quando se fala que vai descer para Curitiba, na verdade você está subindo para Curitiba. Temos as maiores altitudes concentradas nessa faixa aqui, onde chegamos de 900 até 1300 metros de altitude nesta região Sul e Centro-Sul e, à medida que caminhamos para o Norte, vai diminuindo a altitude até chegarmos próximo a 300 metros aqui na faixa do Paranapanema e em Foz do Iguaçu nós chegamos até a 200 metros de altitude. Então, as altitudes diminuem para o Oeste e para o Norte, então, vai condicionar a formação de diversos micro-climas no Estado, que justamente é uma complexidade e, por outro lado, é a nossa riqueza, porque graças a essa diferenciação, onde temos condições próximas das condições tropicais no Vale do Paranapanema e no litoral e climas totalmente temperados que já se assemelham às regiões frias na região de Palmas, Guarapuava, Castro. Toda essa diversidade nos permite cultivar o que vocês quiserem, no Paraná.

Então, vou agora ilustrar para vocês essa diversidade em potencial e apenas para dar-lhes uma idéia muito aproximada do impacto da importância desse trabalho, selecionei aqui o caso da cultura do milho de ciclo normal, onde tivemos, nos últimos anos, uma área plantada em torno de 1,4 milhão de hectares, a produtividade em torno de 5500 quilos/hectare na média do Estado, dando aí uma produção 7,7 milhões de toneladas, com o valor da produção em torno de 205 milhões de reais. E, de acordo com os dados de nossas pesquisas, nós mostramos que o plantio, se for um mês antes ou após a época ideal, as perdas na produtividade, em função de não se otimizar o clima, podem chegar de 10 a 40%. E se admitirmos, fazendo um exercício rápido, que há perdas médias de 10% com plantio fora da época ideal, se não houvesse estudo para otimizá-lo, anualmente, só com esse exercício rápido, se calcula uma perda em torno de 20 milhões de reais, somente por não se plantar o milho na época ideal. Esse é apenas um exemplo muito simples e multi-

plicando-se esse exemplo para diversas outras culturas, vocês vêem o impacto que tem um trabalho dessa natureza.

Vou passar, rapidamente, a mostrar-lhes alguns exemplos. Fizemos, então, zoneamentos para as culturas anuais e seu separei de uma forma didática, da cultura do algodão, do arroz, do feijão - em três safras, sendo a safra das águas, safra da seca e outono e inverno -, o milho safra normal e o milho safrinha e do trigo.

Vejam, por exemplo, o caso do algodão, em que temos toda essa área em branco aqui para baixo e é uma área que tem alto risco de geadas sem condições de temperatura suficiente para o algodão completar o seu ciclo. Então, graças a esse estudo que fizemos com base na condição de temperatura e de chuvas, nós delimitamos as áreas indicadas pelos agricultores e dissemos: só plantem algodão dessa área para o norte, porque nessa região aqui, o prejuízo é certo, não vai haver rendimento, não vai ter condição de ter produção.

Em cada uma dessas áreas, com cores diferentes, vocês vêem indicado aqui à direita a melhor época de semeadura. Por exemplo, na região um, aqui do norte, vai de 20 de setembro a 30 de novembro e assim por diante, indicando, de acordo com as condições de clima, as melhores condições para se plantar algodão.

No caso do feijão das águas, existe uma grande diversidade em todo o Estado. Nós conseguimos identificar 21 regiões com características distintas e indicando para cada uma dessas regiões um micro-clima que tem melhor período de semeadura, que é ideal para essa cultura do feijão das águas.

Já no caso do feijão das secas, a situação se inverte porque toda essa área em branco no Norte apresenta temperaturas muito elevadas e se o agricultor plantar feijão, o que vai acontecer? Ele se desenvolve, e quando chega na floração aborta a flor, não tolera alta temperatura no florescimento.

Então, com base nos nossos dados, nós indicamos aos produtores: não plantem feijão nessa linha ao norte, em toda essa área em branco, porque se plantarem feijão aqui, vocês vão ter um grande prejuízo, ao contrário dos produtores que estão na região indicada que vão ter ali a sua condição de excelência.

No caso do milho, temos condições de plantio em todo o Estado do Paraná. É um Estado que tem um excelente potencial para a plantação de milho, e graças a isso nós estamos aí no topo dos Estados produtores do Brasil.

Eu queria destacar aqui o caso do milho safrinha. É uma cultura que ganhou grande importância. Este ano nós temos aí em torno de um milhão e duzentos mil hectares sendo colhidos com excelente produtividade. E nós indicamos, também para os produtores a região que é adequada para o cultivo. É apenas essa área ao norte. Toda essa área em branco, mais ao sul, tem alto risco de geadas. Se o produtor plantar aqui, vai ter perda certa. E para cada uma dessas regiões, com base no clima local, nós indicamos o melhor período de plantio para que ele

não corra o risco, a exemplo do que aconteceu no ano 2000, em que houve estímulo ao plantio tardio do milho safrinha, um grande prejuízo no Paraná com perdas estimadas em torno de 50 a 70 milhões de reais, inclusive comprometendo uma seguradora do Estado de São Paulo que não obedeceu a essa recomendação na época e teve grandes prejuízos.

vejam o caso do trigo. Também é uma situação bastante interessante. Aqui no norte, por exemplo, o plantio do trigo começa 20 de março e vai até 10 de maio. E à medida que vamos descendo em direção ao sul, o plantio vai sendo feito cada vez mais tardio. Por exemplo, aqui na região "I" o plantio é feito de 11 de junho a 20 de julho, quando fechamos o plantio do trigo aqui, em função do risco de geadas tem que ser feito mais tardiamente, começamos a colher o trigo do norte.

Então, o Paraná tem essa diversidade que é bastante dramática, e como eu destaquei isso, essa diversidade constitui a nossa riqueza, realmente.

Bem, a fruticultura é outro setor onde podemos ter grande excelência, senhores deputados, e ter condições de expandir enormemente a diversidade, a riqueza regional do Estado do Paraná, conforme vou destacar aqui para vocês algumas culturas que trabalhamos.

Fizemos um trabalho dividindo aqui pelas espécies tropicais, que são espécies que não toleram geadas, preferem ambientes de temperatura mais elevada. Fizemos o trabalho para o abacaxi, acerola, banana, coco, goiaba, mamão, manga e maracujá.

Vejam que a região norte e parte da região oeste e também o litoral, e o Alto Ribeira, vocês vão observar que é onde essas espécies tropicais têm as suas condições de excelência, destacando aqui o caso do abacaxi, por exemplo. Toda essa região com grande potencial para o abacaxi, destacando-se aqui a região noroeste do Estado do Paraná, todo o norte e todo esse vale do Rio Paraná, próximo ao Rio Paraná, represa de Itaipu, toda a região litorânea e parte do Alto Ribeira.

Vejam a banana, também é uma situação bastante parecida, são espécies tropicais. O mamão, uma situação bastante parecida também, com grande potencial para se desenvolver nessa região. No caso das frutíferas subtropicais seriam aquelas plantas que toleram temperaturas um pouco baixas, mas não são ainda as temperadas, destacando o abacate, a atemóia - uma espécie bastante interessante, que se parece com a fruta-d-conde, para aqueles que não conhecem e é bastante saborosa -, o citros, com um grande potencial, e as limas ácidas, tipo o limão Taiti.

Destaco que no caso do citros, que é bastante concentrado na região norte, vejam do ponto de vista climático o potencial de expansão, que temos para essa cultura. Aqui se produz bastante tangerinas, na região do Alto Ribeira e litoral, com grande potencial de expansão dessa cultura, no Estado do Paraná.

As espécies temperadas, aquelas que precisam de um período de repouso no inverno. Fizemos um trabalho para a ameixa, o caqui, o kiwi, a maçã, o morango, a nec-

tarina, o pêssego, as uvas de mesa, a uva fina e a uva rústica, que é usada para se produzir o suco. Aqui, a situação se inverte. Se as tropicais tinham uma condição de excelência no norte, agora temos a condição de excelência nessa região fria, senhores deputados, que é aquela região onde temos as maiores altitudes e os climas mais amenos, durante o inverno. No caso da maçã, vejam toda essa grande região com grande potencial. A uva rústica, embora seja considerada uma espécie mais temperada, se adapta bem em todo o Estado do Paraná. Podemos usar todo o Estado do Paraná para produzir suco de uva, para exportação, para mercado interno, com grande potencial, para substituir esse refrigerante que está na mesa da meninada. As uvas finas têm um comportamento um pouco distinto. Toda essa região norte e parte da oeste com grande potencial, destacando a região de Marialva, Maringá, Londrina até Cornélio Procopio, onde se tem uma grande produção dessa espécie, com grande capacidade para se expandir, podendo gerar muito mais riquezas.

Destacando as culturas perenes, realizamos no caso do zoneamento do café - tão importante na história da colonização do Estado do Paraná, destacando-se toda essa área em verde, que é a área de excelência para o cultivo do café. Hoje, todos os senhores são conhecedores do modelo de cultivo de café adensado, fruto do trabalho da equipe da Iapar, com produtividade média, no Estado, quatro vezes superior, à média do cultivo tradicional, com grande impacto e grande potencial para geração de riquezas, para o Estado do Paraná. Toda essa área em vermelho é de grande risco para o cultivo, aqui, no Litoral. Embora o clima seja apto, as condições ambientais não recomendam o estímulo do cultivo comercial, da lavoura de café naquela região.

Uma cultura que eu gostaria de destacar, que vem apresentando grande potencial, é da seringueira, com enorme potencial de expansão em toda a região noroeste do Estado, principalmente. Ela tem uma característica muito interessante, por ser uma espécie perene, muito adaptável à pequena produção, com geração de renda ao produtor. Agora, diante das novas perspectivas do mercado de carbono, onde vai ser possível aos produtores receber um crédito pelo plantio de espécies florestais, a seringueira se encaixa dentro dessa categoria e é uma espécie muito interessante, com grande potencial, com enorme produtividade de látex, em toda essa região. Inclusive, nessa faixa amarela também com condições favoráveis à sua expansão no Estado do Paraná, sendo possivelmente uma cultura com grande potencial, para gerar riqueza nessa região.

Resumidamente, esse é o trabalho.

Para dar continuidade a esse trabalho, agora, estamos desenvolvendo no Iapar um trabalho de acompanhamento, juntamente, com o Simepar, de fornecer informações no dia-a-dia. Uma vez que o produtor instalou a sua lavoura, como é que ele pode usar os dados e as informações meteorológicas, para otimizar as suas opera-

ções na propriedade? Qual o momento ideal de preparar o solo, como fazer o plantio? Em função, do clima, se há ou não a necessidade de controlar doenças, etc.

Essas informações a gente já está disponibilizando na internet, através da página do Iapar e também o nosso zoneamento agrícola, os senhores receberam a publicação contendo todos esses mapas que estão já na mão do pessoal da assistência técnica para orientar seus produtores e também está disponível na página do Iapar.

Só destacando que este é um trabalho de equipe, na verdade é uma síntese de todo o conhecimento acumulado no Iapar. Graças a todo o trabalho pacioso desses 31 anos de pesquisa é que nós pudemos realizar esse trabalho com toda a colaboração desses colegas, muitos dos quais, inclusive já não fazem mais parte da nossa equipe, em função de falecimento ou aposentadoria de muitos desses colegas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito ao 1º secretário, deputado Mário Bradock, que proceda à leitura dos termos da homenagem a ser entregue ao Iapar.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Delegado Bradock)
(Lê termo de homenagem)**

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Convidamos o Exmo. Sr. deputado José Maria Ferreira para que proceda à entrega da homenagem e da pinha, que é um dos nossos símbolos paranaenses ao diretor-presidente do Iapar, Dr. Onaur Costa, pelos 31 anos da criação do Instituto Agrônomo do Paraná.

(O deputado José Maria Ferreira procede entrega das homenagens)

Para encerrar esta homenagem nós gostaríamos de, em nome do Poder Legislativo, agradecer imensamente a presença das autoridades, da direção do Instituto Agrônomo do Paraná, e solicitar que os nossos diretores estendam esta homenagem a todos os funcionários do Instituto Agrônomo do Paraná.

Acho que não só o Poder Legislativo, mas o Estado do Paraná deve reverenciar o Instituto do Paraná, pelo trabalho prestado. Acho que é pouco tempo em uma Sessão como esta para que o Iapar possa demonstrar o grandioso e extraordinário trabalho que tem em favor da agropecuária do Paraná, através dos seus pesquisadores, através das suas linhas de pesquisa.

Para nós é um orgulho sediarmos esse instituto de Pesquisa no Paraná.

Então, gostaríamos de deixar, em nome da Assembleia Legislativa, nosso profundo agradecimento e nossa homenagem a todos os pesquisadores do Iapar que foi aqui justamente feito pelo deputado José Maria Ferreira, esse grande parlamentar do Norte do Paraná, juntamente

com a deputada Elza Correia, que proporcionaram esta pequena, mas justa e singela homenagem do Poder Legislativo do Paraná ao Instituto Agrônomico.

Está encerrada esta Sessão de homenagem.

Suspendemos a Sessão por três minutos para que os nossos parlamentares possam cumprimentar a direção do Iapar.

(Está suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está reaberta a Sessão.

No Horário das Lideranças concedo a palavra ao deputado Elio Rusch, no horário do PFL.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, paranistas aqui presentes.

Uso a tribuna na Sessão de hoje, para falar, sobre um assunto que não é normal ser tratado aqui na Assembléia e principalmente por este deputado, que é a questão prisional no Estado do Paraná e no Brasil.

A imprensa tem noticiado nos últimos dias, e o próprio Ministro da Justiça tem admitido isso, que a questão prisional é calamitosa no País, conforme afirmações do próprio ministro.

O Paraná também não está isento dessa questão. Nós temos os nossos problemas prisionais mas não tão graves quanto ao Brasil.

A televisão nos últimos dias, e toda a imprensa tem mostrado para o Brasil, o que acontece dentro dos presídios do nosso país. Recentemente uma grande reportagem mostrou que na cadeia, ou seja no presídio no Rio de Janeiro, estão comercializando drogas às vistas das próprias pessoas que tinham que oferecer a segurança ou combater exatamente essas ações.

Então, aqui no País e no Paraná, - eu já disse que nós não estamos dizendo, mas felizmente no Paraná nós temos quatro penitenciárias das mais modernas do Brasil ou seja, a Penitenciária de Ponta Grossa, a Penitenciária Estadual, a de Foz do Iguaçu, a Penitenciária Estadual também daquela cidade, em Curitiba a Casa de Custódia também a Penitenciária Metropolitana de Piraquara com 450 vagas, já foi inaugurada ainda no governo passado. Essas 4 unidades foram construídas pelo ex-governador. A penitenciária Central, aqui de Piraquara, foi inaugurada e oferece 450 vagas. Uma penitenciária também com segurança máxima, e que até hoje não está se utilizando esse presídio; não sabemos quais as razões e quais os motivos.

Por outro lado, senhor presidente, senhores deputados, nós tínhamos no Paraná até 1995, 3790 vagas nos presídios - do nosso Estado. E agora, em dezembro, dobramos, praticamente, essas vagas, chegando em números redondos, 7.800 vagas.

Mas, o que nos causa muita estranheza, senhor presidente, é aquilo que a imprensa tem noticiado esta

semana. “Presídio Federal em Cascavel vai abrigar presos de crime organizado”. Conforme afirmação e declaração do secretário da Justiça do Governo, diz que Cascavel, no Oeste, e o Estado do Paraná vão aceitar a construção de um presídio federal.

O que representa isso para o Estado do Paraná, deputado Fernando Ribas Carli? Representa, se nós construirmos esse presídio, que o Paraná vai receber os criminosos do Brasil inteiro sem poder, para que o governo do Estado possa interferir sobre essa ação.

Não é concebível que nós, aqui na Assembléia Legislativa, que a sociedade organizada do Estado do Paraná, concorde com essa posição! Ora! Criminosos, fiquem em outros Estados e nos deixem produzir!

Deputado Fernando Ribas Carli, o senhor que conhece profundamente, cedo-lhe o aparte, com muito prazer.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Deputado Elio Rusch, quero parabenizá-lo pela oportunidade do seu pronunciamento. Quando nós lemos na imprensa como se fosse uma grande notícia, como se fosse um grande acontecimento, a construção de um Presídio Federal de segurança máxima, numa cidade pólo, numa cidade importante, numa cidade progressiva, numa cidade de grande desenvolvimento como é Cascavel, quero lhe dizer, nobre deputado Elio Rusch: este é o verdadeiro “presente de grego”. Quero crer nobre deputado, que talvez seja essa a nova política de segurança do atual governo, porque recentemente, não fosse o levante da comunidade, não fosse a atuação precisa, enérgica da juíza corregedora de Guarapuava, Dra. Cristiane Bittencourt, na defesa do presídio industrial de Guarapuava, que é modelo para todo o Brasil e para o mundo, nós já teríamos o Fernandinho Beira-Mar!

Já teríamos lá, em Guarapuava, a transformação daquilo que é modelo num grande amontoado de presos, porque já estavam lá, beliches e colchonetes, para serem colocados nas celas, que foram construídas específicas para abrigar apenas dois detentos por cela. Beliches de concreto, com banheiros individuais para eles. Já estava pronto para começar a colocação de mais uma quantidade de presos, em Guarapuava. Eu dizia, vão transformar a Penitenciária Industrial de Guarapuava, num mini-Carandiru, porque, hoje, será colocado um preso a mais em cada cela. Amanhã, nós sabemos, a demanda é muito grande, sabe muito bem o nobre deputado Bradock, que é da área de segurança, a demanda por vagas em presídios é muito grande. Hoje as nossas delegacias estão entupidas de gente, e cada dia chegando mais. Existe um número muito grande de mandados de prisão que não são cumpridos, porque não existe espaço, vagas nos presídios.

Então, nós sabemos, hoje coloca-se mais um por cela, amanhã vamos colocar mais um, de repente, um presídio que foi construído como um modelo e que já foi copiado, para 240 presos, certamente, em pouco tempo

teria mais de mil. Uma prova de que hoje a política do governo é outra, que nós assistimos essa notícia.

Em Guarapuava houve um movimento da comunidade, da imprensa, dos representantes políticos, que acompanharam o pedido da juíza corregedora para que não transformasse, sabe por que ainda, deputado Elio Rusch? Porque esse presídio foi construído no meio de um distrito industrial, porque lá funciona uma indústria que dá emprego, que reintegra aqueles presos à sociedade.

Agora, nós assistimos, na verdade, uma transformação de tudo isso. É com tristeza que assistimos ao anúncio de um presídio industrial para que venham para cá, membros do chamado PCC, do Comando Vermelho! Nós não temos PCC, do Paraná! Nós não temos Comando Vermelho!

Nós tivemos aqui, a CPI do Narcotráfico, eu fui membro da Comissão Especial, fui relator, nós não encontramos ninguém do PCC morando no Paraná. Será justo nós trazermos “Fernandinhos Beira Mar” do Brasil todo para colocar em Cascavel, tirando a tranquilidade daquela região, daquela gente trabalhadora? Enfim, tirando a tranquilidade do Paraná? Ora, nós queremos do Governo Federal estradas, que estão sendo hoje interditadas, porque não dão condições de tráfego. Nós queremos o fim do pedágio. Nós queremos que o Governo Federal pegue as estradas de volta e não cobre mais pedágio! Nós queremos escolas, a federalização das universidades, nós temos 6 universidades estaduais! É o dinheiro do povo paranaense que paga o ensino superior! Isso, nós queremos do Governo Federal: queremos mais vagas nos hospitais, mais recursos para o Sistema Único de Saúde, mais UTI’s, mais serviços de aerodinâmica credenciados, mais serviços especializados de saúde! Isto nós queremos do Governo Federal! Mas, “presente de grego”, presídio geral, no Paraná, eu creio que isso é um desrespeito! Não posso acreditar que seja iniciativa do presidente Lula, e muito menos do governador Requião. Não posso acreditar nisso, não. De jeito nenhum podemos acreditar que seja iniciativa de homens que querem o bem do Paraná.

Por isso, eu quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, feliz, preciso, e como sempre contundente.

Meus parabéns, nobre deputado Elio Rusch.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está concluído o seu tempo já com três minutos de acréscimo do aparte ao deputado Carli.

O SR. ELIO RUSCH

Consulto o líder da Oposição se me cede o tempo, deputado Durval.

(Assentimento)

Concedo o aparte ao deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Deputado Elio Rusch, acompanhando o seu pronunciamento e a sua preocupação, da mesma forma eu

engajo ao seu discurso porque não posso acreditar também, que um presídio industrial está sendo implantado no Paraná, homenageando o governador, dizendo que é uma grande obra que está sendo feita no nosso Estado. Um presídio federal, que vai abrigar criminosos, da altura de Fernandinho Beira-Mar! E Deus queira que ele não venha aqui para o Paraná, porque junto com ele vem uma boa parcela do crime organizado, junto que acompanha aonde ele está, sempre tentando interferir nas cidades aonde ficam esse presídios industriais.

Enfim, em Ponta Grossa tem um presídio industrial, que foi construído para ser semelhante ao de Guarapuava, aonde os presos condenados cumprem suas penas e lá eles trabalham. Eles têm uma função dentro do presídio aonde a sua mente é ocupada na produção; lá em Guarapuava são móveis. O de Ponta Grossa é semelhante ao de Guarapuava, tem 436 vagas, são três alas, que tem essa penitenciária e hoje uma delas só está ocupada! A menos de 2 mil metros, tem um cadeia superlotado aonde está um verdadeiro barril de pólvora, e o presídio industrial a menos de 2 mil metros, vazio.

Não fazendo com que a Secretaria da Segurança possa transportar os presos que estão no superlotado, para aquele que está vazio. E pior, o de Ponta Grossa até agora, não tem um trabalho para se fazer. Uma parcela pequena de presos! Por isso, está se montando grampinho de prendedor de roupa, sendo que é para funcionar dentro dele, uma indústria. Quem sabe semelhante ao presídio de Guarapuava, uma indústria de móveis, quem sabe alguma outra indústria, mas até o momento Ponta Grossa, também não funciona e fico assustado de comemorar a instalação de um presídio federal, no Estado do Paraná.

O SR. ELIO RUSCH

Está escrito no jornal, segundo o secretário de Justiça, Parzianello é meu amigo, lá da região Oeste. Mas, segundo declarações que estão aqui, no jornal diz o seguinte: “A unidade paranaense será única do país, especialmente, construída para abrigar presos do crime organizado.”

Ora, não é concebível que o Paraná assista a isso em silêncio! É exatamente aqui na Assembléia Legislativa, aqui no Parlamento, que nós temos que levantar esta questão! Esperando que a imprensa do Paraná, também se manifestando com relação a esta questão, que ao menos possamos mostrar para a sociedade do Paraná, o que é presídio federal e quem será abrigado nesses presídios!

No Paraná nós já temos a Penitenciária Industrial de Cascavel e a de Guarapuava, semelhante às duas, uma em Ponta Grossa. Oeste do Paraná, Cascavel e todos os municípios, é uma das regiões mais ricas na agricultura aonde se produz a maioria na safra no Estado do Paraná e, responsável e muito na produção nacional.

O Paraná e o Oeste do Estado representam muito na economia, não só da agricultura, mas também, no turismo. Nós temos Foz do Iguaçu, que é encostado em

Cascavel. Milhares e milhares de turistas não só do Brasil, mas do mundo estão vindo para o Oeste do Paraná.

Se nós assistirmos a isso calados, deputado Artagão, será que poderemos ainda da mesma forma como estamos recebendo hoje, receber os turistas nacionais e internacionais? Quando na realidade, como diz o Fernando R. Carli, é um “presente de grego”? É isso que o Paraná precisa? O Paraná precisa sim, de investimentos no turismo, nas indústrias, para que nós possamos gerar emprego!

Concedo o aparte ao deputado Artagão.

O Sr. Artagão Júnior

Muito obrigado, deputado Elio Rusch!

Na verdade, nós gostaríamos que milagres e mágicas fossem possíveis na administração pública e no Governo do estado do Paraná, fazer em oito meses aquilo que não foi feito em oito anos!

Evidentemente, que a preocupação com a segurança pública é uma preocupação de todos nós. É evidente que a instalação de um presídio federal com a possibilidade de estarem ali colocadas pessoas de grande periculosidade seria talvez algo danoso ao Estado do Paraná, mas existem outras análises a serem feitas. Quando se fala nas penitenciárias e nos presídios que temos no Estado do Paraná, essa preocupação deveria vir de muitos anos atrás.

O que podemos observar hoje é uma demanda de funcionários, é uma prejuízo financeiro que está sendo causado ao Estado, em função de uma política que foi adotada no último governo. Hoje, um funcionário de uma penitenciária, de um presídio ganha um salário miséria, sendo que as empresas terceirizadas que administram os presídios, os refeitórios dessas penitenciárias, desses presídios, ganham fortunas, e existem pessoas que são sócias dessas administradoras que foram ou são sócias de deputados que hoje representam alguma região do Paraná nesta Assembléia.

Acho que essa preocupação não tem que ser temporária, não tem que ser num momento que estamos fazendo oposição a uma administração nova, a uma administração que busca a mudança e a transparência. Deveria, sim, ser uma preocupação constante em todos os tempos por todos os deputados! A segurança pública deve receber uma atenção especial.

Será encaminhado a esta Assembléia um projeto de criação de mil e quatrocentos cargos justamente para que essa demanda de funcionários nas penitenciárias e nos presídios seja atendida e para que as terceirizações que prejudicam o erário público, sejam terminantemente extinguidas do nosso Estado.

O SR. ELIO RUSCH

Para concluir, deputado Artagão, não estamos aqui falando sobre funcionários da questão prisional do Estado do Paraná, não estamos falando de vagas no

Estado do Paraná, não estamos dizendo que o governo atual faz ou o passado deixou de fazer.

Só para seu conhecimento, deputado Artagão, em 1995, as vagas existentes no Estado do Paraná eram de três mil setecentos e noventa; no governo passado, foram abertas quatro mil e cinquenta e nove vagas, dobrando; presídios construídos no Estado do Paraná entre esses quatro presídios de segurança máxima: Ponta Grossa, Foz, Curitiba e Piraquara.

Então, quando V. Exa. vai falar alguma coisa, por favor, fale com consistência aquilo que é verdadeiro!

O Sr. Artagão Júnior

Vagas terceirizadas que custam três vezes mais para o Estado do Paraná!

O SR. ELIO RUSCH

Não falei de funcionários, falei de vagas...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito a V. Exa. que conclua vosso pronunciamento.

O SR. ELIO RUSCH

Concluindo, senhor presidente, só para dizer, deputado Artagão, nós não podemos concordar e não estamos defendendo e nem acusando o governo, precisamos unir nossas vozes para que o Estado do Paraná não aceite o presídio federal, para que o Paraná não aceite a construção desse presídio, pois amanhã ou depois teremos que abrigar os criminosos de alta periculosidade do Brasil, como Fernandinho Beira Mar, como está escrito no Estado do Paraná! Não podemos admitir isso, jamais um homem de responsabilidade vem defender essa tese!

São Paulo não quer o Fernandinho Beira Mar, Alkimin não queria, Rio de Janeiro não quer e o Paraná vai assistir calado, de braços cruzados a construção de um presídio federal?

O que vamos fazer? Vamos fazer com a sociedade organizada e nós do Parlamento levantemos a voz.

Obrigado, senhor presidente, por esse tempo a mais que V. Exa. deu para mim e espero que nós, do Parlamento, e a sociedade num todo, possamos se manifestar e não aceitar calados e de braços cruzados essa atitude, esse “presente de grego” que o Governo Federal quer dar para o Paraná e que o governador não aceite isso, porque ele é o administrador do Paraná. Que ele vá a Brasília, porque ele apoiou o Governo Federal, e diga não ao Lula!

O Paraná não quer o Presídio Federal! O que nós queremos é indústria! O que nós queremos é geração de emprego! E não queremos marginais! Já tem que chegue, no Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra, deputado Barbosa Neto, Horário do PDT.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Gostaria de destacar e agradecer a presença do vereador Arildo, de Guarapuava, membro do nosso Partido, do PMDB, que nos enaltece com a sua presença. E ressaltar, evidentemente, que nós estamos cansados de “presentes de gregos” porque recebemos muitos, nos últimos anos.

O SR. LUIZ NISHIMORI (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Gostaria de registrar a presença do nobre vereador de Maringá, Paulo Mantovani e seu filho aqui na nossa Casa.

Obrigado.

O SR. RATINHO JÚNIOR (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Apenas para registrar a presença do nosso companheiro Paulo Montovani, vereador de Maringá, que já está registrada.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Também gostaria de registrar a presença do Prefeito de Palotina, Giacometi.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Para registrar e cumprimentar a nossa querida amiga deputada Luciana Rafagnin, que hoje está completando aniversário.

Em nosso nome e em nome de todos os deputados dar o nosso apreço e o nosso abraço à deputada Luciana, que é uma excelente deputada, uma grande amiga e que tem enaltecido esta Casa, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

A deputada Luciana não está no plenário, mas obviamente esta presidência, em nome de todos os deputados, deseja fazer esta homenagem à deputada Luciana Rafagnin.

Parabéns à nossa querida deputada.

Deputado Barbosa Neto, com a palavra no horário do PDT.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente Augustinho Zucchi, não vou utilizar todo espaço do PDT para não atrapalhar os trabalhos desta Casa, mas gostaria apenas de emitir aqui a minha opinião.

Infelizmente não pude apartear o deputado Elio Rusch, mas como membro do Bloco Independente - isso não espelha inclusive a opinião do nosso bloco, - eu gostaria de fazer aqui algumas colocações.

Nós, que temos votado a favor do governo e contra, dependendo da nossa ótica, mas não sistematica-

mente, nem uma oposição, nem no bloco de sustentação ao governo.

Coloco-me na obrigação de dizer aqui a minha opinião.

Fui o primeiro jornalista que mediou o primeiro conflito na Penitenciária Estadual de Londrina. Conheço relativamente bem o sistema prisional do Estado do Paraná, que infelizmente precisa de novas unidades. E me permita, inclusive discordar da opinião dos dois oradores que fizeram aqui apartes em relação à colocação do deputado Elio Rusch, mas eu conheço muito bem o presídio-modelo do Brasil, que está localizado na cidade de Presidente Bernardes, no Extremo Oeste do Estado de São Paulo.

É o presídio de segurança máxima que abrigou o Fernandinho Beira Mar, que até há pouco tempo abrigava também o líder do MST, José Rainha Júnior, e nós sabemos do problema da criminalidade que hoje impera no Brasil todo.

O Paraná também é um Estado preocupante. Diz o abecedário de várias cartilhas políticas, que não podemos criticar obras. E nós entendemos que a vinda desse presídio de segurança máxima pode vir inclusive a assimilar alguns dos nossos perigosos bandidos, que não podem ser guardados em presídios comuns.

Cito o exemplo de um dos bandidos mais temidos do Brasil, ele que é de Cornélio Procópio, Marcelo Borelli, que viveu boa parte da sua infância na cidade de Londrina e que não podia ser abrigado na Penitenciária Estadual de Londrina por falta de segurança.

Por isso, na contramão daqueles que são contrários à instalação desse presídio, eu defendo um presídio de segurança máxima para o nosso Estado, porque daqui a pouco não teremos condições de colocar os presos de altíssima periculosidade que nós também temos aqui, nas cadeias comuns.

Então, por saber das cadeias que estão superlotadas entendo esse problema e a sua concepção. Eu elogio aqui o presidente Lula e o governador do Estado, Roberto Requião, porque o Paraná também necessita, sim, de uma unidade prisional de segurança máxima.

Perguntem aos moradores das cidades adjacentes em Presidente Bernardes se houve sequer algum tipo de rebelião ou algum conflito que colocou em risco a segurança dos moradores das cidades. Muito pelo contrário! Presidente Bernardes é conhecida no Brasil inteiro, tem inclusive um comércio paralelo que foi ajustado justamente a esse tipo de atividade. Infelizmente, temos que admitir, o Paraná tem muitos bandidos perigosos e que precisa, sim, de uma Unidade Especial de Segurança Máxima para colocar esses bandidos perigosos.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No Horário da Liderança do PT, com a palavra o deputado Elton Carlos Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente; senhores deputados; senhora deputada presente:

Demagogia às vezes tem limite!

O ministro Márcio Tomaz Bastos esteve aqui no sábado, assinou, e o Paraná aderiu ao convênio SUSP, se chama Sistema Único de Segurança Pública. Não tínhamos integração da investigação da polícia e agora o governo Lula, junto com o Requião e os outros Estados, estão fazendo. É exemplo! Agora, sim, o “colarinho branco”, o narcotráfico, o crime organizado que estão em todos os Estados, serão investigados de fato. E diga-se de passagem, meus amigos, onde há bastante lavagem de dinheiro é sinal que existe realmente uma clareza que há crime organizado, sim, e aqui no Paraná é um exemplo a cidade de Foz do Iguaçu, que inclusive há investigações profundas ocorrendo nesse sentido.

Senhores deputados, só deixar claro que a vontade do governo Lula e governo Requião é diminuir, sim, os problemas de segurança. Essa é uma herança ruim que nós pegamos, mas sabíamos disso, tanto é que essa criação do SUSP, o Sistema Único de Segurança Pública, é uma medida que vai integrar as ações das polícias no Brasil todo. O bandido era preso em um Estado e ia para outro Estado e tinha dificuldades de ser encontrado e agora serão integradas as ações da polícia. Isso funcionará e diminuirá, com certeza, o crime organizado. Isso é sinal que é uma vontade política, de fato, para resolver o problema de segurança e o Elio Rusch disse que dobrou o número de vagas. Isso é um sinal que aumentou a criminalidade no Estado, um sinal que houve uma omissão no sentido de aplicar na segurança pública! Esse é um fato que ele mesmo relatou daquela tribuna!

(Lê):

“Por acordo da base aliada, através do líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, foi transferido a discussão do PL 307/2003 que trata do comércio dos OGM’s no Paraná, para a próxima segunda-feira, devido a ausência de muitos deputados que poderiam contribuir com o debate.

Para alguns pares desta Casa, existem ainda dúvidas devido informações contraditórias sobre os OGM’s (transgênicos) como exemplo, de que os OGM’s:

- diminuem os riscos ambientais e os perigos com intoxicação alimentar por usar menos agroquímicos;
- de que a cultura da soja, por exemplo, tem um custo de produção menor em no mínimo 30%;
- de que tem mais produtividade;
- de que vão acabar com a fome no mundo;
- de que irão tirar o Brasil do atraso tecnológico e por aí vai...

Embora já tenha sido realizada uma audiência pública nesta Assembleia Legislativa, sobre os OGM’s, onde se discutiu profundamente várias questões acima relacionadas, faço neste momento, algumas breves considerações, no sentido de contribuir para melhor compreen-

são da necessidade, da atualidade e da urgência da aprovação do PL 307/2003:

1) com relação ao custo de produção o fato é que tal economia dos OGM’s com o herbicida mais barato é transferida para pagar o maior custo da semente e para pagar a taxa de uso da tecnologia, conhecida por royalties.

Há de se considerar também que o custo do herbicida, com a demanda aumentada de forma significativa, também sofrerá um aumento;

2) com relação à produtividade, não irei me alongar: o Brasil bateu todos os recordes de produtividade e estamos na frente dos Estados Unidos e da Argentina, nossos principais concorrentes, por coincidência, plantadores de OGM’s e interessados em que o Brasil “entre nessa onda”;

3) a afirmação de que os OGM’s irão resolver o flagelo da fome no mundo é uma afronta à inteligência humana.

É de conhecimento público que existem desperdícios de alimento no mundo e a fome está ligada à falta de dinheiro para comprar a comida, e à má distribuição de renda.

Nossos governos Lula e Requião estão combatendo a fome de forma incessante e prioritária

A afirmação de que o Paraná e o Brasil devem liberar os OGM’s para não ficar no atraso tecnológico não é verdade, pois, o Brasil tem batido todos os recordes de produção e exportação, enquanto os Estados Unidos estão com sua produção e exportação estagnadas nos últimos cinco anos. São dados oficiais.

Em relação ao meio ambiente, existem os que consideram que os OGM’s reduzem as aplicações de agrotóxicos, mas existem registros de produtores americanos que realizam três ou mais aplicações de glifosate.

Este fato é explicado pela resistência que algumas plantas daninhas desenvolvem com a repetição de aplicação de um único produto.

Sob o aspecto da saúde humana existem aqueles que dizem que os OGM’s não têm perigo, não fazem mal, porém outros afirmam que não existem estudos suficientes que garantam “a evidência da ausência destes riscos” preconizados no princípio da precaução.

É preciso garantir que o Paraná, sem prejuízo da pesquisa, fique livre do cultivo e comércio dos OGM’s.

O que está em jogo, são os interesses de dezenas de milhares de pequenos produtores rurais paranaenses que plantam soja, criam frangos e suínos e precisam da garantia de mercado para os seus produtos.

Além do mais, todas as pesquisas, em nosso País e na união européia, mostram que os consumidores preferem produtos livres de OGM’s. Será que a Monsanto irá garantir nossos mercados?

Registro também a entrevista com o governo Requião, hoje na CBN, em que confirma o interesse dos chineses em comprar a nossa produção, com pagamento

de prêmio, desde que tenham garantia de que nosso produto seja livre de OGM's,

Portanto nobres pares, vamos aprovar o Projeto de Lei nº 307/2003, e demonstrar ao povo paranaense os nossos compromissos com a produção agropecuária de nosso Estado e com seu povo. O Paraná tem batido todos os recordes nas exportações. Não podemos comprometer estes resultados. Os dados são oficiais e estão disponíveis.

Para finalizar, pergunto: será que alguém acredita que o nosso principal concorrente (Estados Unidos) quer contribuir para a ampliação dos mercados para os produtos brasileiros, incrementando as nossas vantagens comerciais? Sinceramente, eu não acredito neste milagre."

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PMDB. Com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, ouvi o discurso do deputado Elio Rusch; trata-se de um tema palpitante e interessante, e por isso resolvi abordá-lo novamente.

Senhor presidente, achei, quando o governador Requião anunciou a construção de um presídio de segurança máxima em Cascavel, de que tinha tido feito uma grande conquista para o Paraná, já que outros Estados estavam candidatos a ter essa obra. E numa deferência do Governo Federal, o Paraná e mais um outro Estado, que eu não saberia dizer o nome, foram agraciados com esse importante investimento, dezoito milhões de reais que serão usados na construção de um edifício de segurança máxima, uma prisão federal pelo Governo Federal, que vai gerar centenas de empregos, tranquilidade e sossego, porque o nome já diz: segurança máxima. Um presídio dos mais modernos do mundo, este que será feito no Estado do Paraná.

Não posso concordar, senhor presidente, com a imagem que o Paraná, este Estado maravilhoso é uma ilha e que aqui não temos bandidos; que aqui não temos criminosos; que aqui não tem o comando vermelho; que aqui não tem o narcotráfico; que aqui não tem a bandidagem. Se lá em Cascavel foi assassinado um deputado, para que crime mais perverso e cruel e até hoje não se sabe dos autores desse lamentável homicídio. Lá, em Cascavel foi morto o competente jornalista Antônio Heleno e até hoje não se sabe dos autores desse terrível homicídio. Aqui, verificamos todos os dias a criminalidade odienta e rancorosa, que existe no Brasil. O Paraná não é uma ilha. Falei de Cascavel, mas poderia falar de Curitiba, de Londrina. Portanto é, sim, uma grande conquista do Paraná a construção de um presídio de segurança máxima, uma obra do governo federal, que vai propiciar segurança para a nossa comunidade, que será construído no distrito de São João do Oeste, a 20 quilômetros da cidade de Cascavel.

Conversei ontem com o prefeito Edgar Bueno, que estava radiante e feliz, pela conquista do município de Cascavel e do Oeste do Paraná, por ter ele - prefeito de Cascavel, terra do secretário Aldo Parzianello -, sido contemplado com essa importante obra.

Todos nós sabemos, especialmente, o deputado Bradock, que é professor na área de segurança pública, todos sabemos da crise que existe no sistema prisional brasileiro. Na desproporcionalidade que existe, nas cadeias públicas se transformando em verdadeiros presídios, amontoados. Todos os dias nós vemos e ouvimos na imprensa as fugas dos presos mal alocados, mal guardados, fogem com muita facilidade.

Há a necessidade de investir no sistema prisional, com a construção de novos presídios, novas penitenciárias, para dar também aos presos condições de dignidade. Hoje se olharmos e verificarmos a Prisão Central do Estado do Paraná, tem Piraquara, que em uma capacidade - se não me engano - de 800 presos aproximadamente, abriga quase quatro mil detentos, em uma superlotação carcerária. Que presídio é esse que irá regenerar e recuperar vidas? Quem for preso e for colocado em um presídio, como Piraquara, está fadado a se tornar um marginal da mais alta periculosidade, porque o Estado é incompetente de salvar e recuperar essa pessoa, que para lá vá por um ou outro problema qualquer.

Por isso, senhor presidente, é sim uma conquista extraordinária, para o Paraná, para o Oeste do Paraná. Não vamos dar uma de ingênuos, e pensar que não temos bandidos no Oeste do Paraná, que não temos bandidos no Paraná, de alta periculosidade, do "colarinho branco". Temos, sim! E poderíamos encher vários presídios neste Estado para colocar essa bandidagem que anda solta por aí. Não vamos ser ingênuos! Vamos colocar o pingô em cima do "i".

Por isso quero aqui registrar esta atitude do governador Requião, corajosa, de respeito de se impor e de trazer para o nosso Estado uma grande conquista.

O Sr. Durval Amaral

Permite um aparte, deputado?

O Sr. Artagão Júnior

Permite um aparte, deputado?

O Sr. Elio Rusch

Permite um aparte, deputado?

O SR. NEREU MOURA

Eu gostaria de ceder apartes, porque o assunto é palpitante e gostaria de discutir, mas eu quero respeitar a Presidência que me avisa que meu tempo está encerrado. Naturalmente que não vai faltar tempo aqui nesta Casa para fazer esta discussão. Nos interessa sim, fazê-la, com números, com dados, com argumentos, com justificativas, fugindo da histeria pública para amedrontar crianças. Não queremos levar o assunto nessa direção, mas iremos,

sim, fazer um grande debate sério nesta Casa para mostrar a importância desta obra federal ser construída no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Liderança do Governo (**Declina**)
Projetos que necessitam de apoio...

O Sr. Durval Amaral
Liderança da Oposição não tem vez, nobre presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Foi devidamente usado pelo deputado Elio Rusch.

O Sr. Durval Amaral
Então foi muito bem usado pelo deputado Elio Rusch.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 026/2003, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que objetiva instituir a parcela complementar de remuneração ao funcionário público civil efetivo, ativo e ao inativo e gerador de pensão da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 028/2003, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar 1.400 (um mil e quatrocentos) cargos de Agente Penitenciário - ANAP, Classe III, na parte permanente do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, a que se refere o Anexo I, da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 029/2003, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, os cargos de provimento em comissão que especifica, para serem utilizados no sentido de suprir necessidades das novas unidades do departamento Penitenciário do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 129/2003, subscrito pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, comunicando seu afastamento do País, no período de 14 a 23 do corrente mês, com destino à Espanha e Portugal, a fim de contatos de interesse do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Fundação e Saúde Itaguapy, do Hospital Ministro Costa Cavalcanti, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação Educacional e Assistencial Só o Senhor é Deus, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 241/2003, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a entidade Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul, com sede e foro no município de Jandaia do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Associação Água Boa Rio Baio, com sede e foro no município e São João do Triunfo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial e Industrial de Bela Vista do Paraíso, com sede e foro no município de Bela Vista do Paraíso. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Lions Clube Apucarana Vitória Régia, com sede e foro no município de Apucarana. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)
Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Solicito ao senhor 1º secretário que procede à contagem dos votos.

Dezessete senhores deputados.

Deputados que rejeitam.

Não há quórum para deliberação. Há somente quórum para prosseguimento da Sessão.

Nestas condições declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 420, 431, 434, 441 e 458/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos projetos de Lei nºs 306, 307, 325 e 332/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 024, 033, 052, 056, 057, 058, 062, 063, 064, 068, 069, 073 e 074/2003.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:**COMISSÃO DE REDAÇÃO****1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou a Indicação nº 046/2003 e os Projetos de Lei nºs 054/2003 e 343/2003. E o deputado Marcos Isfer apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 029/2003, 229/2003, 240/2003, 247/2003, 302/2003 e 356/2003, que foram aprovados sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior- Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando à Ordem do Dia, quando o senhor deputado Nelson Justus, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 030/2003, 031/2003, 320/2003, 361/2003 e 367/2003, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior- Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, quando o senhor deputado Nelson Justus, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 397/2003, 399/2003, 401/2003, 410/2003 que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior- Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando à Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 371/2003. E o deputado Marcos Isfer apresentou a redação final aos Projetos de Lei nºs 406/2003, 407/2003 e 491/2003, que foram aprovados sem observações.

Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior- Secretária

Pedido de Adesão:

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

DAVIS BARBOSA, matrícula nº 40612, endereço
Rua Campo Salles, 1234, cidade de Andirá, CEP:

80135-000 -PR, remuneração mensal estimada R\$718,23
CPF: 172.619.109-53 telefone: 043-538-5130, data de
nascimento: 21/11/1939, lotado no gabinete do deputado
Hermas Brandão.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno
diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato
da Comissão Executiva nº 200 de 02 de maio de 2001,
que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV,
dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exone-
ração do cargo efetivo de: nível 059.

(Prot. nº 7194)

Curitiba, em, 10.09.2001.

(a) DAVIS BARBOSA